Governo indenizará 26 famílias de desaparecidos

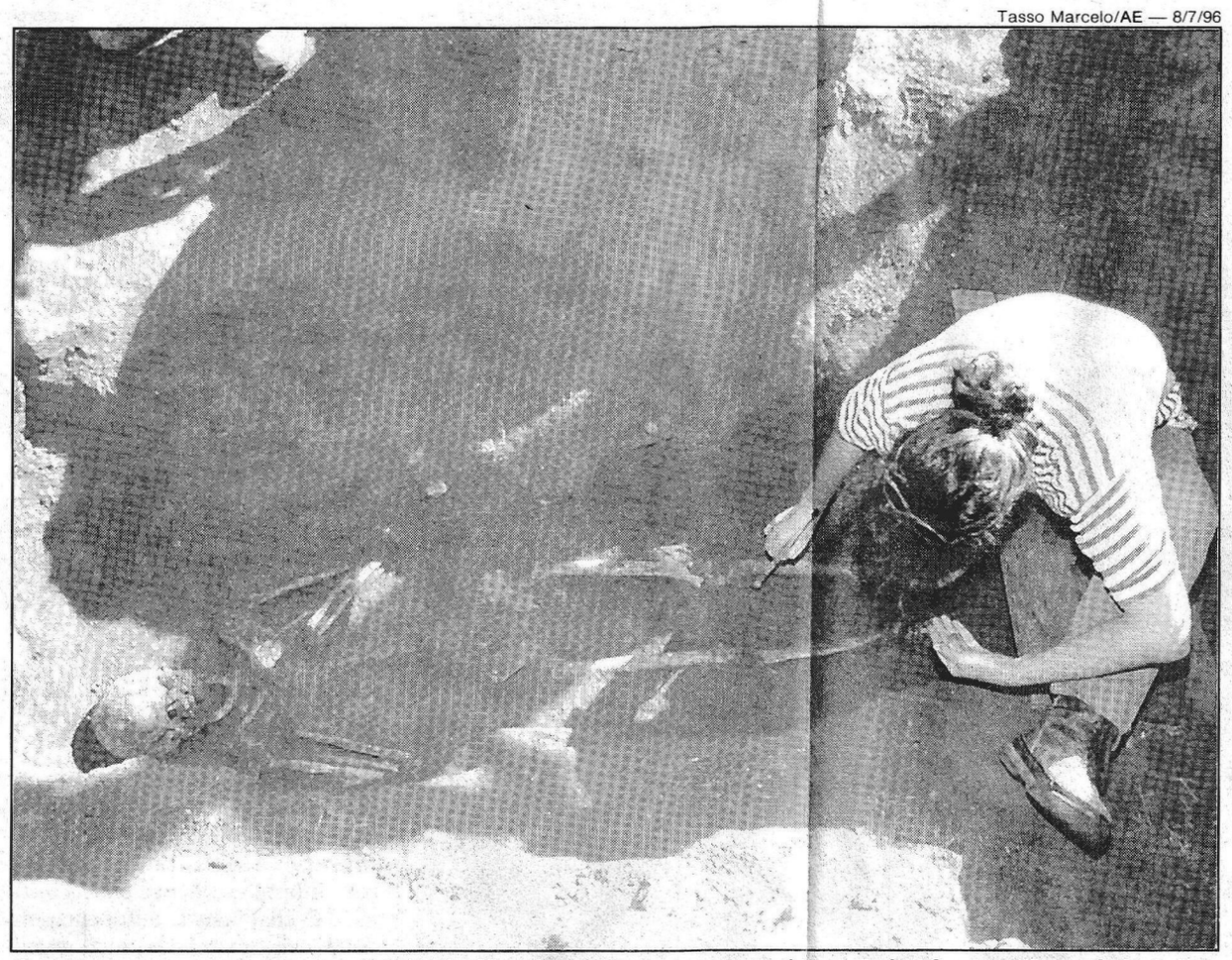
Verba já está disponível; uma das primeiras pessoas a receber recursos será Julieta Petit

CLAUDIO RENATO

RIO — O Ministério da Justiça preparou uma relação com os nomes de 26 guerrilheiros e militantes políticos, mortos e desaparecidos durante o regime militar, cujas famílias terão direito a receber, a partir do fim do mês, indenizações do governo federal. No total, o governo vai destinar R$ 3.060.060,00 para as indenizações. O dinheiro está disponível e será liberado com a autorização do presidente Fernando Henrique Cardoso.

A informação foi dada pelo secretário-executivo da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça, Ricardo de Alvarenga Ferreira. Ele informou que, para o próximo ano, o Ministério da Justica tem pronta proposta de orçamento de R$ 28,2 milhões só para o pagamento de indenizações para familiares de mortos e desaparecidos políticos.

Tasso Marcelo/AE — 8/7/96



Ossada encontrada no cemitério de Xambioá pode ser do médico João Carlos Haas Sobrinho

A LISTA DOS MILITANTES MORTOS

- Sérgio Landulfo Furtado
- Durvalino de Souza
- Marcos Antônio Dias Batista
- Custódio Saraiva Neto
- José Toledo de Oliveira
- Celso Gilberto de Oliveira
- José Porfírio de Souza
- Rui Carlos Vieira Berbert
- Ezequias Bezerra da Rocha
- Umberto de Albuquerque Câmara Neto
- Luiz Almeida Araújo
- Edgar Aquino Duarte
- Divino Ferreira de Souza
- Elson Costa
- Lúcio Petit da Silva
- Maria Lúcia Petit da Silva
- Rodolfo de Carvalho Troiano
- Ana Rosa Kucinfki
- Jaime Amorim de Miranda
- Maria Augusta Thomaz
- Elmo Correia
- Maria Célia Correia
- Adriano Fonseca Filho
- Luiz Ignácio Maranhão Filho
- Vandick Reidner Pereira Coqueiro
- Dinaelza Santana Coqueiro

Fonte: Comissão dos Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça.

ArtEstado

Aprovação — O orçamento terá de ser aprovado pelo Congresso Nacional, que este ano destinou R$ 18 milhões para o pagamento das indenizações. "Era menos do que esperávamos", comentou Ferreira.

Uma das primeiras pessoas a receber a indenização este mês será Julieta Petit, que teve dois filhos mortos na guerrilha do Araguaia, no sul do Pará, no começo da década de 70. Ela receberá R$ 138,3 mil de indenização pela morte de Maria Lúcia Petit da Silva e R$ 111,3 mil pela morte de Lúcio Petit da Silva. A ossada de Maria Lúcia, recolhida no Cemitério Municipal de Xambioá, no Tocantins, em 1991, foi identificada este ano pelo legista Fortunato Badan Palhares, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Além do pagamento de indenizações, a Comissão de Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça preparou orçamento de R$ 268.456,00 para a busca, em 1997, de restos de pessoas desaparecidas em quatro Estados.

Procura — Serão feitas escavações em cemitérios oficiais e clandestinos, na região do Araguaia (Pará); em Ricardo de Albuquerque (Rio); em Teófilo Otoni (Minas Gerais); em Várzea, Caruaru; Parque das Flores e Santo Amaro (Pernambuco); na Vila Formosa, Avaré e Campo Grande (em São Paulo); e na Areia Branca (em Santos). Só no Araguaia, este ano, a comissão localizou quatro ossadas que, supostamente, seriam de guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Ferreira explicou que os valores para o pagamento das indenizações variam de acordo com a expectativa de vida, maior no caso das mulheres, e com tabelas específicas de índices que devem ser multiplicados pelos anos de sobrevida e por R$ 3 mil (o valor calculado para cada um desses anos perdidos). O orçamento para a busca de restos mortais, segundo o secretário-executivo da comissão, prevê ainda exames de DNA nas ossadas e um convênio com a Unicamp. "Temos cinco ossadas em Campinas que ainda não foram identificadas e queremos fazer esse convênio para apressar o trabalho", disse Ferreira.

MÃE PERDEU DOIS FILHOS NO ARAGUAIA

A família do mais jovem desaparecido político, Marcos Antônio Dias Batista, de 16 anos, receberá, também este mês, R$ 137,2 mil. Ferreira explicou que a Comissão do Ministério da Justiça, formada em janeiro, para estudar os casos que podem ser incluídos na Lei nº 9.140/95 (que trata das indenizações de familiares de mortos e desaparecidos políticos) está tendo o apoio total do ministro Nélson Jobim. "A expedição feita no Araguaia, sob o comando do antropólogo argentino Luis Fondebrider, é exemplo desse empenho pessoal do ministro."

Ferreira afirmou que o orçamento está sendo proposto para pagar as famílias dos 136 desaparecidos políticos, reconhecidos pela Comissão do Ministério da Justiça, e novos casos estão sendo estudados e investigados. "Precisamos trabalhar com critério, porque há casos de mulheres que pedem indenização e alegam que há anos procuram pelo marido que desapareceu no terceiro dia de carnaval e jamais teve nenhuma militância política."

As próximas buscas de restos mortais de guerrilheiros e militantes deverão ser precedidas por investigação da Polícia Federal. A Comissão do Ministério da Justiça conta hoje, para o reconhecimento das famílias que têm direito à indenização, com o apoio de relatórios das Forças Armadas, dos partidos políticos, de grupos de defesa dos direitos humanos, como Tortura Nunca Mais, e de particulares, dispostos a testemunhar e a ajudar na localização de ossadas.